

SUMÁRIO

PALAVRAS PRÉVIAS II – 3ª EDIÇÃO	XIX
PALAVRAS PRÉVIAS	XXIII
(A TÍTULO DE INTRODUÇÃO) - CONSTRUINDO A MANHÃ DESEJADA.....	XXIII
APRESENTAÇÃO	XXIX
PREFÁCIO	XXXIII
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS	1
1. A Família	2
1.1. Modelando a importância e a feição da família	2
1.2. A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais atuais	3
1.3. A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade)	5
1.4. Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da Família)	8
2. O Direito das Famílias	12
2.1. Noções conceituais.....	12
2.2. Estrutura do Direito das Famílias.....	13
2.3. Objeto de estudo do Direito das Famílias	14
2.4. A natureza jurídica e as características das normas do Direito das Famílias e os amplios poderes conferidos ao juiz.....	15
2.5. A excepcional admissibilidade da prova ilícita nas relações do Direito das Famílias à luz da ponderação de valores constitucionais	18
2.6. A privacidade familiar	26
2.7. A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade)	29
2.8. A mediação familiar	30
3. Importância e conteúdo atual do Direito das Famílias: o afeto como elemento estru- tural da Família Contemporânea.....	31
4. Fontes	35
5. Garantias Constitucionais do Direito das Famílias (Princípios Constitucionais Norte- adores do Direito das Famílias)	36
5.1. A principiologia constitucional	36
5.2. Transcendência e relevância dos princípios constitucionais.....	38
5.3. A vinculação do tecido normativo do Direito das Famílias aos princípios constitucionais.....	40
5.4. As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista)	43
5.5. A não taxatividade do rol constitucional	45
5.6. Princípios constitucionais específicos do Direito das Famílias.....	47
5.6.1. Pluralidade das entidades familiares	47

5.6.2. Igualdade entre homem e mulher.....	49
5.6.3. Igualdade entre os filhos.....	54
5.6.4. Planejamento familiar e responsabilidade parental (o tratamento jurídico da Síndrome de Alienação Parental – SAP).....	55
5.6.5. Facilitação da dissolução do casamento.....	59
5.7. A condição jurídica da mulher nas relações de Direito das Famílias à luz da igualdade constitucional e o caráter protetivo da Lei Maria da Penha.....	61
5.7.1. Lineamentos gerais: uma história de desigualdades.....	61
5.7.2. O sentido da igualdade substancial entre o homem e a mulher.....	63
5.7.3. A possibilidade de tratamento diferenciado quando houver situação de desigualdade formal: a justificativa constitucional e ideológica da Lei Maria da Penha.....	66
5.7.4. Aspectos protetivos da Lei Maria da Penha.....	67
6. As Famílias Monoparentais.....	69
7. A Proteção Constitucional das Famílias Homoafetivas.....	74
8. As Famílias Reconstituídas.....	84
9. A Família Natural, A Família Extensa ou Ampliada e a Família Substituta.....	90
10. A Aplicação da Boa-Fé Objetiva e do Princípio da Confiança nas Relações Familiares (o abuso do direito, o <i>Venire Contra Factum Proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas Relações Familiares).....	94
10.1. A confiança como valor jurídico das relações privadas.....	94
10.2. A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	97
10.3. Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	99
10.4. A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável ...	107
11. A Função Social da Família.....	108
12. Direito das Famílias mínimo (intervenção mínima do Estado nas relações familiares).....	110
13. Responsabilidade Civil no Direito das Famílias.....	115
14. A Perda de uma Chance nas Relações de Família.....	120
Referências Bibliográficas.....	126
Jurisprudência Sumulada.....	134
CAPÍTULO II - O CASAMENTO (A FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA).....	135
1. Uma Visão Constitucional do Casamento.....	135
2. Estrutura Jurídica do Casamento.....	138
2.1. Noções conceituais.....	138
2.2. Finalidades do casamento.....	141
2.3. Natureza jurídica do casamento.....	143
2.4. Características do casamento.....	145
2.5. Prova do casamento.....	147
2.6. Os sponsais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	149
2.7. Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	154
2.8. Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.....	155
2.9. Impedimentos matrimoniais.....	159
2.9.1. Noções conceituais.....	159

2.9.2. Oposição dos impedimentos matrimoniais	161
2.9.3. Classificação dos impedimentos	164
2.9.4. Impedimentos resultantes do parentesco	164
2.9.5. Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	170
2.9.6. Impedimento resultante da prática de crime.....	172
2.10. Causas suspensivas matrimoniais	173
2.10.1. Noções conceituais	173
2.10.2. Oposição das causas suspensivas	174
2.10.3. Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial	175
2.10.4. Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>).....	176
2.10.5. Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela	177
2.10.6. Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	178
2.11. A habilitação para o casamento.....	179
2.11.1. Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento	179
2.11.2. A capacidade para o casamento e a possibilidade de suprimento judicial de idade e de consentimento	180
2.11.3. O procedimento de habilitação e as suas fases	185
2.12. Casamento de militares	191
2.13. Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	192
2.14. Contrato de emprego entre cônjuges.....	193
3. Existência, Validade e Eficácia do Casamento	193
3.1. Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento	193
3.2. A existência do casamento	195
3.3. A validade do casamento	200
3.3.1. Generalidades	200
3.3.2. O casamento nulo (invalidade absoluta).....	202
3.3.3. O casamento anulável (invalidade relativa)	206
3.3.4. Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge	214
3.3.5. Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	218
3.3.6. O casamento putativo	218
4. Celebração do Casamento	220
4.1. Noções gerais.....	220
4.2. Formalidades da celebração	222
4.3. O momento da celebração	223
4.4. O casamento consular.....	225
4.5. O casamento religioso com efeitos civis posteriores	226
4.6. Conversão da união estável em casamento	228
4.7. Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	231
5. Efeitos Jurídicos Decorrentes do Casamento	235
5.1. Generalidades.....	235
5.2. Efeitos sociais	235
5.3. Efeitos pessoais	239
5.3.1. Noções gerais	239
5.3.2. A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	240
5.3.3. Fixação do domicílio conjugal	245

5.3.4. Os direitos e deveres recíprocos	245
5.4. Efeitos patrimoniais	252
5.5. As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	254
Referências.....	256
Jurisprudência Sumulada.....	260
CAPÍTULO III - O REGIME DE BENS DO CASAMENTO.....	263
1. O Regime de Bens em Perspectiva Civil-Constitucional	263
1.1. Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento	263
1.2. Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento.....	265
1.3. A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional	267
1.4. A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens	270
2. Lineamentos Sobre o Regime de Bens	271
2.1. Noções conceituais sobre o regime de bens	271
2.2. Princípios norteadores do regime de bens.....	273
2.2.1. Generalidades	273
2.2.2. A liberdade de escolha do regime de bens.....	273
2.2.3. Variedade do regime de bens	285
2.2.4. Mutabilidade motivada e por deliberação judicial	286
2.3. Eficácia do regime de bens no casamento	295
2.4. Regime de bens na união estável	296
2.5. A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens	297
3. A Administração de Bens e a Prática dos Atos de Disposição.....	299
3.1. A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	299
3.2. Atos que independem do consentimento do consorte	300
3.3. A proteção dos terceiros de boa-fé.....	303
3.4. Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	304
3.4.1. A exigência de consentimento para determinados atos	304
3.4.2. Inaplicabilidade da exigência de outorga à união estável.....	307
3.4.3. Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens...	308
3.4.4. Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	309
3.4.5. A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (venire contra factum proprium)	311
3.4.6. Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	314
4. O Pacto Antenupcial.....	315
4.1. Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo.....	315
4.2. Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis	320
4.3. Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade	322
4.4. Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos	322
5. Os Diferentes Regimes de Bens.....	323

5.1. Generalidades.....	323
5.2. O regime de comunhão parcial de bens.....	324
5.3. O regime de comunhão universal de bens.....	328
5.4. O regime de separação convencional ou absoluta de bens.....	333
5.5. O regime de participação final nos aquestos.....	338
Referências.....	341
Jurisprudência Sumulada.....	345
CAPÍTULO IV - A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO (O DIVÓRCIO).....	347
1. Uma Compreensão Constitucional da Dissolução do Casamento: O Direito de Não Permanecer Casado	347
2. A Dissolução do Casamento	352
2.1. Escorço histórico evolutivo da dissolução do casamento	352
2.2. Os antecedentes da Emenda Constitucional 66/10.....	354
2.3. O sistema unificado de dissolução do casamento (a superação do antigo sistema dual)	356
2.4. Um réquiem para a separação (a extirpação da separação do sistema jurídico brasileiro).....	358
2.5. A abolição da separação do sistema jurídico brasileiro e as questões intertemporais....	361
2.6. A manutenção da separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento.....	363
2.7. A permanência da separação de fato como instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento.....	368
2.8. A dissolução do casamento pela morte.....	372
2.9. A morte presumida como causa dissolutória do casamento	374
3. O Divórcio.....	377
3.1. O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional	377
3.2. Noções conceituais.....	379
3.3. Requisito constitucional único para o divórcio	382
3.4. Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (§ 6º do art. 273 do Código de Processo Civil)	382
3.5. Superação do regime diferenciado do divórcio	386
3.6. O divórcio litigioso e o divórcio consensual	387
3.7. O divórcio consensual	387
3.7.1. Generalidades	387
3.7.2. O divórcio consensual em juízo	388
3.7.3. O divórcio consensual por escritura pública	395
3.8. O divórcio litigioso.....	399
4. Características (Materiais e Processuais) do Divórcio	402
5. Situações Patrimoniais Controvertidas no Divórcio	427
5.1. A Possibilidade de Desconsideração da Personalidade Jurídica no Divórcio	427
5.2. Outras controvérsias patrimoniais relevantes.....	429
Referências.....	432
Jurisprudência Sumulada.....	437

CAPÍTULO V - A UNIÃO ESTÁVEL (A FAMÍLIA CONVIVENCIAL).....	439
1. Uma Mirada Civil-Constitucional Sobre a União Estável	439
2. Escorço Histórico: A União Estável na Lente da Jurisprudência Brasileira.....	446
3. A União Estável, o Concubinato e a Sociedade de Fato: Distinções Necessárias	452
3.1. A união livre e a sociedade de fato	452
3.2. O concubinato, seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal	454
3.3. A união estável	460
4. Elementos Caracterizadores da União Estável	462
4.1. Noções gerais.....	462
4.2. O <i>intuito familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	463
4.3. A dualidade de sexos.....	465
4.4. A estabilidade.....	466
4.5. A continuidade	467
4.6. A publicidade	468
4.7. A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas	469
4.8. A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares	471
5. Efeitos Pessoais da União Estável	474
5.1. As relações pessoais entre os companheiros	474
5.2. Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação.....	475
5.3. Direito ao uso do sobrenome do companheiro	478
5.4. Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade.....	479
5.5. Adoção por companheiros	480
5.6. Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência	481
5.7. Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano	481
5.8. A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável)	482
5.9. Enquadramento como herdeiro necessário	484
5.10. Impedimento para testemunhar.....	485
6. Efeitos Patrimoniais	485
6.1. As consequências econômicas da união estável	485
6.2. O regime de bens e o direito à meação	486
6.3. O contrato de convivência na união estável e seus efeitos	492
6.3.1. Contornos gerais do contrato de convivência.....	492
6.3.2. Celebração do contrato de convivência e modificabilidade.....	493
6.3.3. Eficácia do pacto convivencial	494
6.3.4. Conteúdo	495
6.3.5. O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável.....	496
6.3.6. O contrato de convivência e os companheiros sócios	497
6.4. Alimentos na união estável.....	499
6.5. A sucessão entre os companheiros.....	501
6.6. O direito real de habitação	503
6.7. Direito aos benefícios previdenciários.....	504
6.8. Direito à inventariança	505
6.9. Efeitos tributários	506

6.10. Impenhorabilidade do bem de família.....	506
6.11. Responsabilidade civil na união estável.....	508
7. Conversão da União Estável em Casamento.....	508
8. Aspectos Processuais da União Estável	511
8.1. A competência para processar e julgar ações atinentes à união estável.....	511
8.2. (In)Existência de foro privilegiado em favor da companheira.....	513
8.3. Necessidade de intervenção do Ministério Público	515
9. Ações Típicas da União Estável	516
9.1. Generalidades	516
9.2. Reconhecimento e dissolução de união estável.....	517
9.3. Legitimidade dos companheiros para o requerimento de medida cautelar de separação de corpos	518
9.4. Ação de petição de herança.....	520
9.5. Ações possessórias.....	520
9.6. Alimentos.....	521
9.7. Embargos de terceiros	521
10. União Estável e Direito Intertemporal.....	522
11. Efeitos Penais da União Estável.....	523
Referências.....	525
Jurisprudência Sumulada.....	528
CAPÍTULO VI - OS BENS JURÍDICOS	531
1. Considerações Gerais: O Objeto das Relações Jurídicas.....	531
2. Bem e Coisa: Divergências e Aproximações	536
3. Patrimônio Jurídico.....	538
4. Teoria do Patrimônio Mínimo da Pessoa Humana	541
5. Classificação	544
5.1. Generalidades.....	544
5.2. Bens corpóreos e incorpóreos	545
5.3. Bens móveis e imóveis.....	546
5.4. Bens fungíveis e infungíveis	551
5.5. Bens consumíveis e inconsumíveis.....	552
5.6. Bens divisíveis e indivisíveis.....	553
5.7. Bens singulares e coletivos	554
5.8. Bens principais e acessórios.....	555
5.9. Bens públicos e privados	563
5.10. Bens no comércio e fora do comércio	566
6. O Bem de Família	569
6.1. O bem de família consubstanciando a teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito ao mínimo existencial)	569
6.2. O bem de família no direito brasileiro.....	570
6.2.1. A dualidade de regimes.....	570
6.2.2. O valor família	572
6.2.3. Natureza jurídica do bem de família	574
6.3. O bem de família convencional	574
6.3.1. Noções conceituais	574

6.3.2. Extensão da proteção.....	575
6.3.3. Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário	577
6.3.4. Legitimação para a instituição do bem de família convencional.....	577
6.3.5. Duração	578
6.3.6. A questão da solvência do instituidor	578
6.3.7. O Ministério Público e o bem de família	579
6.4. O bem de família legal	580
6.4.1. Noções conceituais e a proteção do bem de menor valor	580
6.4.2. Alargamento do objeto	581
6.4.3. Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	585
6.4.4. Característica do bem de família legal	586
6.4.5. A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor.....	586
6.4.6. Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal.....	592
6.4.7. Retroatividade	597
6.4.8. Ampla compreensão do núcleo familiar e necessidade de fixação de residência efetiva.....	598
6.4.9. Alegação no processo	600
6.5. Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo (o bem de família da pessoa sozinha).....	601
Referências.....	604
Jurisprudência Sumulada.....	608
CAPÍTULO VII - A FILIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE FILHOS	609
1. A Filiação à Luz do Direito Civil-Constitucional	609
2. Noções Elementares Sobre a Filiação.....	613
2.1. Noções conceituais sobre a filiação.....	613
2.2. Breve referência histórica sobre a filiação.....	616
2.3. A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho	618
2.4. A filiação decorrente de gestação em útero alheio ("barriga de aluguel")	622
2.5. A questão da responsabilidade civil na filiação	626
2.6. O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória	629
2.7. A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente.....	633
3. Critérios Determinantes da Filiação.....	636
3.1. Generalidades.....	636
3.2. Critério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>)	638
3.2.1. O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	638
3.2.2. (Não) incidência da presunção de paternidade na união estável	640
3.2.3. Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual) ...	641
3.2.4. Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida	643
3.2.5. A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade).....	654
3.3. Critério biológico (exame DNA)	659
3.4. Critério afetivo (a filiação socioafetiva)	663
3.5. A multiparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação)	671

4. O Reconhecimento de Filhos	673
4.1. Breve escorço histórico sobre o reconhecimento de um filho	673
4.2. Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos	675
4.3. O reconhecimento voluntário de filhos	676
4.4. O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa	684
4.5. O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade) ...	687
4.5.1. Noções gerais	687
4.5.2. A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade)	687
4.5.3. A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investi- gação de origem ancestral): distinções relevantes	688
4.5.4. Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais	692
4.5.5. Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva	695
4.5.6. Natureza jurídica das ações filiatórias	698
4.5.7. Imprescritibilidade	698
4.5.8. Possibilidade de cumulação com outros pedidos	699
4.5.9. Legitimidade ativa	701
4.5.10. Legitimidade passiva	709
4.5.11. Litisconsórcio	710
4.5.12. Intervenção do Ministério Público como fiscal da lei	711
4.5.13. Competência	712
4.5.14. A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	714
4.5.15. A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos	714
4.5.16. A prova nas ações investigatórias de parentalidade	715
4.5.17. A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobre- nome de família	731
4.5.18. Recursos e seus efeitos	734
4.5.19. A desistência nas ações investigatórias de parentalidade	735
4.5.20. A coisa julgada nas ações filiatórias	736
Referências	740
Jurisprudência Sumulada	746
CAPÍTULO VIII - OS ALIMENTOS	747
1. Os Alimentos na Visão Civil-Constitucional	747
1.1. Os alimentos na perspectiva do Direito Civil-Constitucional: instrumento de afir- mação da dignidade da pessoa humana	747
1.2. Os alimentos como expressão do princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação	749
2. Noções Gerais Sobre os Alimentos	752
2.1. Noções conceituais e natureza jurídica	752
2.2. Características	754
2.2.1. Generalidades	754
2.2.2. Caráter personalíssimo	754
2.2.3. Irrenunciabilidade	754
2.2.4. Atualidade	757

2.2.5. Futuridade.....	758
2.2.6. Imprescritibilidade	759
2.2.7. (In)transmissibilidade	759
2.2.8. A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	763
2.2.9. Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento ..	772
2.2.10. Incompensabilidade	775
2.2.11. Impenhorabilidade	776
2.3. Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo	776
2.4. Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos	778
2.4.1. Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar.....	778
2.4.2. Alimentos entre cônjuges.....	778
2.4.3. Alimentos entre companheiros (alimentos na união estável)	789
2.4.4. Alimentos decorrentes do parentesco.....	791
2.4.5. Alimentos nas uniões homoafetivas	810
2.5. Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio <i>necessidade de quem recebe X capacidade contributiva de quem paga X proporcionalidade</i>)	812
2.6. A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos	815
3. Espécies de Alimentos (Classificação dos Alimentos)	817
3.1. Generalidades.....	817
3.2. Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios	817
3.3. Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência).....	819
3.4. Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios, provisionais e definitivos.....	821
3.5. Alimentos transitórios.....	824
4. Aspectos Processuais dos Alimentos	827
4.1. Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos.....	827
4.2. Competência para processar e julgar a ação de alimentos.....	827
4.3. A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público.....	829
4.4. O procedimento na ação de alimentos	832
4.4.1. Petição inicial.....	832
4.4.2. Despacho liminar e os alimentos provisórios.....	833
4.4.3. A citação do réu e os seus efeitos	834
4.4.4. Audiência única de conciliação, instrução e julgamento	835
4.4.5. Intervenção obrigatória do Ministério Público como custos legis (fiscal da lei)...	837
4.4.6. A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia.....	838
4.4.7. A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência	842
4.4.8. Recurso cabível.....	843
4.4.9. A coisa julgada na ação de alimentos.....	844
4.5. A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional.....	845
4.6. A ação de oferta de alimentos.....	848
4.7. A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais	849
4.8. Os alimentos internacionais.....	853

4.9. A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>) no âmbito alimentício	854
4.10. A admissibilidade (excepcional) de prova ilícita e de quebra de sigilo nas ações alimentícias	856
5. A Execução dos Alimentos	859
5.1. A efetivação dos alimentos e as idiossincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar	859
5.2. Meios de coerção para o cumprimento da obrigação alimentícia	862
5.3. A prisão civil como meio de coerção (meio executivo) e a sua justificativa constitucional	865
5.4. A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais	866
6. A Prestação de Contas em Alimentos	872
7. O Abuso do Direito e os Alimentos	881
Referências	885
Jurisprudência Sumulada	891
CAPÍTULO IX - O BEM DE FAMÍLIA	893
1. O Bem de Família como Consequência da Teoria do Patrimônio Mínimo da Pessoa Humana (Direito Constitucional ao Mínimo Existencial)	893
2. O Bem de Família no Direito Brasileiro	897
2.1. A dualidade de regimes	897
2.2. O valor família	898
2.3. Natureza jurídica do bem de família	900
3. O Bem de Família Convencional	900
3.1. Noções conceituais	900
3.2. Extensão da proteção	901
3.3. Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário	903
3.4. Legitimação para a instituição do bem de família convencional	903
3.5. Duração	904
3.6. A questão da solvência do instituidor	904
3.7. O Ministério Público e o bem de família	905
4. O Bem de Família Legal	906
4.1. Noções conceituais e a proteção do bem de menor valor	906
4.2. Alargamento do objeto	907
4.3. Constitucionalidade do regime legal do bem de família	912
4.4. Característica do bem de família legal	913
4.5. A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor	913
4.6. Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal	918
4.7. Retroatividade	924
4.8. Ampla compreensão do núcleo familiar e a necessidade de fixação de residência efetiva	924
4.9. Alegação no processo e a discussão quanto à validade do oferecimento voluntário do bem de família à penhora (validade da renúncia)	926

5. Redefinindo o Bem de Família Legal: O Bem da Pessoa Humana como Expressão de seu Patrimônio Mínimo (O Bem de Família da Pessoa Sozinha)	928
Referências.....	931
Jurisprudência Sumulada.....	934

CAPÍTULO X - A TUTELA E A CURATELA DOS INTERDITOS (INSTITUTOS PROTETIVOS COMPLEMENTARES DA FAMÍLIA)	935
1. Institutos Protetivos da Família na Ótica Civil-Constitucional.....	935
2. A Tutela	937
2.1. A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional 65/10)	937
2.2. Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infanto-juvenis..	939
2.3. Modalidades de tutela	941
2.4. Manifestação de vontade do tutelado.....	945
2.5. Incapacidade para a tutela	945
2.6. Escusa dos tutores	947
2.7. Garantia da tutela	949
2.8. O protutor	951
2.9. Ação de nomeação de tutor	952
2.10. Exercício da tutela.....	956
2.10.1. Generalidades	956
2.10.2. O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado	957
2.10.3. O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado	958
2.11. Responsabilidade judicial na tutela.....	961
2.12. Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	962
2.13. Prestação de contas	963
2.14. Extinção da tutela	965
3. A Curatela	967
3.1. A personalidade e a capacidade jurídica.....	967
3.2. Noções gerais sobre a capacidade civil	970
3.3. A capacidade de direito e a capacidade de fato.....	971
3.4. A teoria das incapacidades.....	972
3.5. Noções conceituais sobre a curatela	976
3.6. Espécies de curatela (pessoas sujeitas à curatela)	979
3.7. A curatela especial do nascituro	984
3.8. A curatela especial do enfermo e do portador de deficiência física	985
3.9. A curatela dos interditos e a ação de interdição	986
3.9.1. As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a interdição em visão civil-constitucional)	986
3.9.2. A ação de interdição (ação de curatela dos interditos).....	990
3.9.3. A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de interdição	1001
3.10. A prestação de contas pelo curador.....	1002
3.11. Crítica ao sistema de curatela do Código Civil.....	1003
Referências.....	1004

Jurisprudência Sumulada.....	1008
CAPÍTULO XI - A ADOÇÃO E O SEU REGIME JURÍDICO	1009
1. Uma Visão Constitucional da Adoção	1009
2. Generalidades Sobre a Adoção.....	1011
2.1. Noções conceituais.....	1011
2.2. Dualidade de sistemas jurídicos	1014
2.3. A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa	1016
2.4. O estágio de convivência	1019
2.5. Legitimação para a adoção.....	1020
2.6. A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas	1022
2.7. A adoção pelo par homoafetivo	1025
2.8. A adoção “à brasileira”	1029
2.9. (Im)possibilidade da adoção de nascituro e de embriões.....	1031
2.10. A adoção póstuma.....	1032
2.11. O parto anônimo e a sua correlação com a adoção	1034
2.12. Efeitos jurídicos da adoção	1034
2.13. A possibilidade de mudança de nome na adoção	1036
2.14. O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção.....	1037
3. Aspectos Processuais da Adoção.....	1039
3.1. Generalidades: o processo judicial de adoção	1039
3.2. Competência	1040
3.3. A atuação do Ministério Público	1041
3.4. O cadastro de adoção.....	1041
3.5. A sentença no procedimento de adoção.....	1045
3.6. O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação	1046
4. A Sistemática da Adoção Internacional	1046
Referências.....	1048
Jurisprudência Sumulada.....	1051